

**A diplomacia por terceiros nos processos de paz:
Legitimando desigualdades? O caso da Guatemala**

Marisa Borges

2010

RESUMO

A diplomacia por terceiros é uma componente tradicional nas negociações de paz. Porém, embora exista uma densa rede conceptual sobre a relação diplomacia/paz, persiste ainda uma limitação ao nível de diferentes perspectivas sobre esta relação. Este artigo não nega a contribuição desta diplomacia para a obtenção/definição de acordos de paz; ao invés, aborda a relação entre esta diplomacia e os seus agentes, questionando o tipo e a forma de paz cuja intervenção constrói. Analisaremos a reprodução de padrões de poder que marcam o conflito armado violento e a legitimação de desigualdades em contextos de paz formal, partindo da metodologia seguida pela diplomacia por terceiros em processos de paz. A transição da Guatemala ilustra o papel da diplomacia como legitimador de tradicionais padrões de desigualdade.

Palavras-chave: diplomacia; paz; metodologia; legitimação; desigualdades

1. Introdução

A diplomacia por terceiros é um elemento incontornável nos processos de negociação de paz em cenários de conflitualidade violenta armada. Actualmente, a discussão sobre o papel destes actores procura definir as diferentes formas que esta diplomacia assume, bem como avaliar o seu sucesso. Apesar da importância e da produtividade desde debate, os seus pressupostos despertam uma questão essencial: a que paz nos referimos? De facto, a maioria da bibliografia existente abstrai-se da discussão sobre a natureza liberal da actual estratégia global de construção da paz, na qual estes “diplomatas” desempenham um papel fundamental.

É nesta desconexão que a presente análise se centra. Sem ambicionar negar a importância das actuais formas de diplomacia, esta reflexão visa sobretudo questionar esta relevância partindo da relação entre diplomacia e paz e incidindo sobre este último conceito/realidade. Neste sentido, analisaremos a metodologia *problem-solving*, comum a estes esforços diplomáticos, em articulação com o conceito de paz liberal vigente, para que a paz que resulta das negociações seja articulada com as heranças do conflito armado violento. É nesta intersecção que abordaremos o papel desta diplomacia enquanto nova fonte de legitimidade para velhas desigualdades em cenários de construção da paz. O caso da Guatemala servirá como referência empírica.

2. A diplomacia na resolução de conflitos e a construção da paz liberal: o *problem-solving* como metodologia de acção e avaliação

Segundo Hopmann (1996: 225) duas questões lógicas emergem quando as partes em disputa buscam o envolvimento de um terceiro: (1) quem deverão seleccionar e (2) que papel desempenharão. Tradicionalmente, o perfil desta diplomacia distingue-se em torno de dois grandes métodos: um de natureza processual associado à arbitragem; e um segundo, dinâmico, de assistência às partes em disputa (Hopmann, 1996: 228-229). A visibilidade e complexidade da conflitualidade violenta armada na década de 1990 potenciaram novos espaços e formas de intervenção e o envolvimento de terceiras partes distintas da componente mais tradicional da diplomacia. A diplomacia por terceiros assumiu diversas abordagens e estratégias e agiu em diversos níveis de acção/intervenção (Hopmann, 1996: 231-234, 401; Berridge, 2005: 197).

Regra geral, o *problem-solving* surge associado às estratégias de mediação e depende da análise e posicionamento das partes perante um determinado conflito numa dada matriz conceptual. De acordo com Burton, a mediação voltada para a resolução de conflitos implica a resposta às causas da conflitualidade o que acarreta, necessariamente, uma postura analítica que vise a solução de problemas identificados num primeiro momento (*apud* Hopmann, 1996: 230). Hopmann define o papel da diplomacia em função da sua capacidade de unir as partes beligerantes numa clara abordagem de *problem-solving* perante a conflitualidade armada (1996: 242).

No entanto, esta abordagem metodológica reflecte a existência de um campo epistemológico a montante que fundamenta a intervenção desta diplomacia. De facto, a abordagem *problem-solving* deve ser entendida como herança racionalista/positivista, que afirma a racionalização como fonte de conhecimento e resolução de diferentes conflitos e desafios e que emana do próprio modernismo político em que se situa. Propõe-se, assim, um conhecimento do conflito violento para que seja possível exercer poder sobre o seu desfecho (Fetherston, 2005: 197). De facto, esta metodologia está ligada à divisão que Cox (1981) estabelece na tipificação de teorias e que Bellamy utiliza para analisar as operações de paz (2004). As teorias *problem-solving* poderão considerar-se, na sua ligação às operações de paz, como eminentemente instrumentais, dada a sua orientação para a produção de instrumentos de resposta perante problemas pré-existentes, e como “value-free”, dada a sua natureza objectiva e a sua não-reflexividade ideológica (Bellamy, 2004:

18-27).

Estas características são extensíveis a uma análise da metodologia da diplomacia por terceiros: a suposição objectiva em termos de acção (análise causal e resposta instrumental) tem conduzido a forma como as suas escalas e padrões de acção têm vindo a ser definidos e avaliados. Naturalmente, os termos e registos de avaliação analisam os esforços diplomáticos em função do seu sucesso ou fracasso. Este cálculo parece convergir no termo "*effectiveness*", isto é, na capacidade de alcançar os objectivos traçados pelas partes no início das negociações e na identificação das variáveis que poderão influenciar este processo (Kleiboer, 1996: 377). Deste modo, as intervenções diplomáticas são concebidas como um processo isolado nos estudos incumbidos da sua avaliação; isto é, o processo negocial é visto como realidade científica esvaziada de sentido valorativo, fechada hermeticamente numa cápsula conceptual onde o conceito de paz é unívoco.

As suposições normativas implícitas a esta cápsula conceptual reforçam-se na ligação ao consenso internacional da paz liberal. De facto, quando Boutros-Ghali (1992) responsabilizou as missões de *peacebuilding* (PB) pela criação de estruturas capazes de promover a paz, o conceito foi acarinhado internacionalmente, graças ao entendimento que apresentava sobre a conflitualidade armada e sobre a tarefa de construção da paz. A abordagem *problem-solving* legitimou os seus pressupostos analíticos e os instrumentos e procedimentos de estabilização: o vínculo entre a dimensão internacional e interna da paz, o papel da boa governação e a necessidade de construção de Estados democráticos, a excepcionalidade da violência nas relações sociais, são afirmações fortes que guiam actualmente a investigação e a prática nas operações de paz (Bellamy, 2004: 19). Assim, o PB disseminou um projecto universal com uma agenda global de intervenção em nome da segurança e estabilidade (Barnett *et al*, 2007: 44) e capaz de promover internacionalmente, e no longo prazo, uma sociedade liberal (Richmond, 2007a: 264).

Existe assim um reforço hermenêutico entre a epistemologia e metodologia *problem-solving* e a difusão do modelo liberal de paz. A partilha de lugares comuns e a coincidência nos contornos dos mecanismos de resposta implicam, sobretudo, uma naturalização dos termos, das causas, dos instrumentos e, enfim, da verdade. A paz torna-se um conhecimento alcançável, partilhável e com um sentido uno, parte de um sistema internacional liberal defendido globalmente (Richmond, 2007b: 103).

Contudo, a reflexividade do conceito de paz está actualmente documentada por diversas análises e estudos das várias missões de paz, mandatos e aplicações, e pela

sua relação com o sistema internacional e estruturas de poder. Da globalização do consenso de PB e da paz de matriz liberal que lhe subjaz despontam duas ideias: (1) a ideia de paz como política (internacional), uma vez que a paz liberal e o PB são, principalmente, actos discursivos de política, representativos de ideias e conceitos específicos (Heathershaw, 2008: 606); e (2) a ideia da paz enquanto governação, onde o modelo político difundido sustenta mecanismos de vigilância e estabilização (Richmond, 2004: 140-143).

A aplicação desta crítica surge, contudo, afastada do actual debate e da construção de conhecimentos sobre a diplomacia por terceiros. De facto, o aprofundamento teórico sobre esta diplomacia coexiste paralelamente com este debate crítico. No entanto, a acção diplomática em fases de negociações de acordos de paz está imersa na metodologia e epistemologia *problem-solving* e nos pressupostos da paz liberal. Consequentemente, as terceiras partes são antes de mais agentes proféticos de uma paz vindoura e assim, não abordam apenas as questões relativas ao conflito como intervêm em favor de um modelo concreto (Paris, 2000: 37; Paris, 2002a: 642).

As implicações desta abordagem crítica não são consideradas nos actuais mecanismos de avaliação e nas suas escalas, essencialmente binárias e divididas entre o pólo negativo do fracasso e o pólo positivo do sucesso. A cientificidade do seu projecto de paz restringe de facto a análise desta diplomacia ao plano da eficácia das suas acções. Neste sentido, o problema de fundo com o actual modelo de avaliação não passa (apenas) pela definição das suas variáveis mas, principalmente, pela falta de reconhecimento de que as terceiras partes são primordialmente diplomatas da paz liberal e de um modelo de governação, com expressões locais de eco global. O estabelecimento de relações condicionais com as partes beligerantes (Richmond, 2007b: 103) reforça o seu papel enquanto agentes mediadores desta “paz como governação”, cuja principal tarefa será, necessariamente, criar as condições básicas para que os espaços da conflitualidade violenta endémica possam encaminhar-se para a partilha do espaço internacional da paz liberal. Reconhecer esta ligação permite-nos redireccionar a avaliação das suas acções para além da sua eficácia, reflectindo sobre dimensões não contempladas actualmente.

3. A nova legitimidade de velhas desigualdades: o caso da Guatemala

O debate em torno da legitimidade incide principalmente na componente negativa da legitimidade da paz, isto é no questionar da paz em construção. Da ligação da expressão internacional da paz como governação à esfera interna de aplicação, a

legitimidade da paz e da acção diplomática de terceiros poderá ser questionada e julgada, seja por contrariar a narrativa de empoderamento ou por não concretizar a promessa de ruptura com o período de conflitualidade armada (Muggah, 2005: 240; Keen, 2001: 10; Muggah, 2006:196).

Contudo existe uma dimensão positiva de legitimação que advém essencialmente de um processo de reforço e certificação potenciado pela diplomacia. Esta dimensão positiva pauta principalmente pela viabilização de estruturas de poder e padrões de desigualdade que transitam entre a fase conflitual e a paz formal. A abordagem *problem-solving* tem dois grandes efeitos no plano da legitimação positiva: (1) na legitimação dos actores da violência armada, que se tornam interlocutores privilegiados da paz e logicamente retêm um poder político legitimado internacionalmente; e (2) num plano mais estrutural, destaca-se a legitimação de velhos sistemas de poder que prevalecem em tempos de construção da paz, devido à capacidade de adaptação dos agentes do conflito aos contornos da paz e a consequente aptidão para reproduzir o seu poder e estatuto social. De facto, estes actores e estruturas resistem e adaptam-se à receita técnica da paz liberal, perpetuando o seu poder num contexto diferente através de mecanismos diferenciados (Debiel e Lambach, 2009: 26). Fundamentalmente, estes processos estão protegidos pela legitimidade positiva conferida aos agentes, tornando-se, assim, expressões locais de uma legitimidade conferida internacionalmente.

Estas dinâmicas de legitimação poderão ser consideradas como custos negociais inerentes. Não obstante esta perspectiva, estes processos não são apenas custos marginais do compromisso entre as partes. De facto, os pressupostos analíticos de transformação e reengenharia social definidas pelo modelo de paz veiculado têm no seu projecto mecanismos de reforço de padrões de poder e desigualdades, pese embora a sua retórica de empoderamento individual e social. A acção diplomática por terceiros emerge, assim, como nova fonte de legitimidade para velhas formas de domínio, poder e exclusão, que pautavam o período conflitual e perduram em tempos de paz formal. As desigualdades daí provenientes não são criadas no momento da assinatura dos acordos de paz e da adopção dos cânones da paz liberal. No entanto, a paz liberal e a sua metodologia e epistemologia permitem a sua reprodução sob a égide da cientificidade.

Estas desigualdades e a sua legitimação manifestam-se em dois espaços de intervenção centrais ao projecto de paz liberal. Primeiramente no espaço político de (re)construção do Estado, nas reformas democráticas e na aplicação da lei, onde os

grupos com poder, recursos e capacidade de mobilização lideram (David, 1999: 33-34). No que à reforma da justiça e à aplicação da lei diz respeito, a existência de regimes de amnistia tende a perpetuar sentimentos de injustiça e impunidade e a aplicação limitada da lei pelas forças de segurança promove um sentimento de desigualdade no acesso à justiça e na sua aplicação, reforçando as relações de poder e patronagem. Na esfera económico-social, as desigualdades legitimam-se através do modelo de desenvolvimento social assente na liberalização do mercado. A proposta de distribuição de riqueza pelos mecanismos de funcionamento de mercado privilegia os agentes com recursos e capacidade de adaptação tende a acentuar os padrões de distribuição de riqueza prévios bem como as desigualdades (Paris, 2002b: 40-41; Lipschutz, 1998: 11).

O reconhecimento da reflexividade da paz liberal permite olhar para a acção da diplomacia no processo e a construção da paz na Guatemala incidindo nestes processos de legitimação. Para o propósito desta análise será colocada em evidência a mediação levada a cabo pelas Nações Unidas (NU) e pelo Grupo de Amigos do Secretário-Geral e responsável por um ambicioso projecto de transformação nacional.

O conflito armado de 36 anos na Guatemala tem sido descrito como um dos mais sangrentos da América Central. As hostilidades foram assumidas por dois grupos heterogéneos: a URNG (*Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca*), uma guerrilha dividida e derrotada virtualmente, com uma base social de apoio fragilizada e dispersa (Ibarra e Martí i Puig (2007); e um aparato contra-insurgente, articulado entre a disciplina do aparelho militar e os interesses das elites económicas, responsável pelos mecanismos de repressão e violência directos e empenhado na eliminação do desafio que a guerrilha representava às tradicionais estruturas de poder. A década de 1980, com a derrota militar da guerrilha e a condenação internacional da violência perpetuada pelo Estado e consequente processo de transição democrática, mostrou novas possibilidades para a solução do conflito armado (Holiday, 2000: 78). Internacionalmente, a necessidade de estabilização da tensão regional e os esforços diplomáticos do grupo de Contadora e Esquipulas impulsionaram os processos de negociação nacionais (González, 2000: 5; Leongómez, 1988:8). A nova década trouxe o fim da bipolaridade, a abertura de novos espaços políticos e discursos internacionais sobre a paz. A *Agenda para a Paz* (1992) definiu as novas estratégias e valores adoptados na resolução dos conflitos violentos e na construção da paz.

A análise da conflitualidade na Guatemala absorveu as problemáticas de governação e de Direitos Humanos (DH), eco das reivindicações internas e de uma perspectiva internacional sobre os sistemas políticos promotores da paz (Padilla, 1997: 8). Naturalmente, em 1994 as NU tornam-se o principal mediador das negociações de paz. Foram ainda criados o Grupo de Amigos do Secretário-Geral, como dimensão internacional de apoio à mediação das NU, e a Assembleia de Sociedade Civil (ASC), que num plano interno visava o envolvimento da sociedade civil na elaboração dos acordos. O Acordo do México institucionalizou o papel da comunidade internacional no processo de paz e intensificou a profundidade da intervenção das NU nas negociações (Short, 2007: 75). O envolvimento das NU foi pautado pelo registo definido no conceito de “post-conflict peacebuilding” e o seu objectivo de responder às causas profundas da conflitualidade no país definiu-se de acordo com os parâmetros liberais (Boutros-Ghali, 1992; Paris, 2002b: 39; Richmond: 2007a: 160). De facto, as NU utilizaram na Guatemala uma versão inicial das estratégias de construção de Estados guiadas pela doutrina de segurança humana enquanto escape ao subdesenvolvimento crónico, iniciando um processo de transformação com os acordos e financiamento dos projectos de reconstrução institucional (Pásara, 2001: 17-18).

Entre 1994 e 1995, quatro importantes acordos foram alcançados: o acordo de direitos humanos, que estabeleceu a Missão de Verificação das Nações Unidas na Guatemala (MINUGUA); o acordo sobre o regresso dos deslocados; o acordo sobre a clarificação histórica; e o acordo sobre os direitos indígenas. Depois das eleições de 1995 as negociações ganharam um novo ritmo e as confrontações armadas terminaram oficialmente no país (Stanley e Holiday, 2002: 436). A análise profunda dos acordos que resultaram da mediação das NU está para além do alcance deste estudo. Contudo, à luz da argumentação apresentada, consideraremos as principais disposições dos acordos que, definidas e asseguradas pela mediação das NU, translinearam para o país o consenso de paz e que, na relação entre a herança conflitual e a realidade pós-acordos, se tornaram uma fonte de legitimidade positiva para velhas expressões de desigualdade.

Primeiramente, e no que diz respeito à veiculação dos pressupostos internacionais do PB, o envolvimento diplomático no processo de paz, segundo o acordo de 1994, respeitou os seus princípios metodológicos e epistemológicos. Os acordos abordaram as causas consideradas internacionalmente como responsáveis pelo conflito armado no país através de uma resposta centrada essencialmente na questão dos direitos, dispersa por vários acordos. Várias reformas constitucionais e não constitucionais,

articuladas com uma estratégia de (re)construção do Estado, foram programadas para garantir o respeito pela lei e impor um novo papel às forças armadas numa sociabilidade pacífica. Efectivamente, o projecto de PB é facilmente reconhecido no vasto conteúdo e disposições dos acordos e a mediação das NU tem sido apontada como a grande responsável pela profundidade do projecto de reengenharia social (Torres-Rivas, 2006: 23).

Como se tornou este processo tão ambicioso e aparentemente inovador numa nova fonte de legitimidade para velhas desigualdades? A mediação das NU legitimou um poder civil ainda instável e ligado ao Exército e à elite conservadora (Schirmer, 1998: 261). As NU aceitam assim estabelecer compromissos com um poder político que, no melhor cenário, tinha um poder limitado de mobilização social e, no pior, era controlado pelas elites conservadoras e militares. Por outro lado, a fragilidade política da antiga guerrilha e a dispersão da oposição de esquerda bem como a desmobilização dos actores da sociedade civil organizada, facilitaram a manutenção do poder político nos tradicionais grupos (Ibarra e Martí i Puig, 2007: 55; Instituto Interuniversitario de Iberoamérica, 2005: 35-36). As disposições referentes às reformas de consolidação do sistema democrático, ainda que limitadas, foram suplantadas facilmente pelos consensos gerados no Congresso visando a manutenção do status político vigente, e as reformas constitucionais, arrastadas e diminuídas no seu âmbito pela Comissão do Congresso, foram finalmente vetadas em referendo popular, dominado pelo aparato no Não e fraca mobilização dos interessados no Sim (Instituto Interuniversitario de Iberoamérica, 2005: 77-78). Efectivamente, os pressupostos de democratização não se traduziram na política da paz, reforçando-se não só tendências de (não) participação como a manutenção do poder no seio das mesmas elites políticas, desta vez enquanto representantes de uma pacificação. Paralelamente, as reformas na justiça e no aparelho judiciário não afectaram os poderes conservadores: as relações de patronagem mantiveram-se, como as redes sociais e militares no espaço rural o testemunham (Schirmer, 1998: 270; Mejía, 1999: 65). Esta reprodução aconteceu não apenas no plano das elites como também nos níveis hierárquicos mais baixos, devido à amnistia existente e ao alcance limitado da Comissão de Esclarecimento Histórico e consequente noção de impunidade que reforçou a sua capacidade de exercer poder sobre outros grupos sociais, a sua ligação ao poder político e uma mobilização social alargada (Mejía, 1999: 58-66; Peacock e Beltrán, 2003: 3-7).¹

¹ O caso dos antigos membros das Patrullas de Autodefensa Civil (PAC) exemplifica claramente esta dimensão (Instituto Interuniversitario de Iberoamérica, 2005: 37-39).

No plano socioeconómico, a legitimidade positiva conferida às tradicionais desigualdades tornou-se ainda mais evidente. Apesar do acordo socioeconómico conter disposições relativas à reforma fiscal e ao financiamento de serviços sociais, para além das típicas disposições sobre o mercado e liberalização da economia, o governo cumpriu os seus compromissos de liberalização e da dinamização do mercado interno, benéficos às elites económicas do país enquanto a reforma fiscal permaneceu um projecto adiado (Paris, 2002b: 58). Mais significativo, a definição de uma reforma do regime de acesso à terra (na base da conflitualidade armada) baseada na lógica de mercado e na criação de um fundo de empréstimos aos pequenos proprietários contribuiu para um maior endividamento dos pequenos produtores, com pouca ou nenhuma expressividade em termos de redistribuição da terra produtiva e resolução das disputas agrárias (Gauster e Isakson, 2007: 1529-1534). As suas premissas de liberalização santificaram posições económicas e sociais mais conservadoras legitimando as desigualdades no período pós-conflitual.

Para além destas duas dimensões, e no que à leitura da legitimação das desigualdades diz respeito, a Guatemala apresenta um eixo identitário crucial que evidencia as tendências antes referidas. A existência de um acordo específico no sistema de acordos de paz implicaria no mínimo um reconhecimento constitucional de uma Guatemala multicultural. Para além deste reconhecimento, era esperado que os acordos referentes à questão socioeconómica e as reformas democráticas e constitucionais afectassem o estatuto deste grupo social majoritário mas historicamente marginalizado. Contudo, e se num sentido geral se observa a reprodução dos sistemas de desigualdade e exclusão, a afectação específica destes grupos reforça as tendências antes identificadas. A questão agrária manifesta de sobremaneira esta tendência, uma vez que para além dos indígenas continuarem arredados do acesso à terra, o projecto liberal legitimou a lógica da propriedade privada por oposição à função social que os grupos indígenas lhe atribuem, santificando posições dos grandes proprietários (Gauster e Isakson, 2007: 1522).

4. Conclusão

Obviamente, esta análise não considera o conhecimento produzido sobre a diplomacia em negociações de paz como irrelevante. Contudo, e tal como o exemplo da Guatemala ilustra, existem possibilidades de leitura não consideradas actualmente. Ainda que as NU tenham contribuído de forma decisiva para a discussão das questões nacionais e para a abertura de novos espaços políticos e de

continuarem, ainda hoje, comprometidas com a agenda dos acordos de paz na Guatemala, o seu projecto deve ser lido em termos de conteúdo e significado para o país, na sua expressão internacional e para além da análise dos seus limites de aplicação. A exploração da capacidade de legitimação positiva de velhas desigualdades é uma proposta de leitura alternativa aqui apresentada.

A acção da diplomacia não deve ser entendida como uma ponderação política maquiavélica: é necessário compreender o enquadramento e justificação da sua acção. A possibilidade oferecida pelo modelo liberal de uma paz realizável é talvez a chave de análise necessária para aprofundar a perspectiva aqui apresentada e impulsionar outras. A epistemologia e a metodologia do *problem-solving* e a sua relação com a paz liberal e o PB são um processo de triangulação conceptual complexo. Contudo, é fundamental que a análise sobre esta diplomacia transcenda esta relação aparentemente circular de reforço, estabelecendo-se uma ponte entre a acção e paz enquanto dimensão de política. Esta última perspectiva, da questão de para quem é a paz feita tem ficado de fora das tradicionais escalas e variáveis. É fundamental que seja considerada.

Referências Bibliográficas

- Barnett, Michael *et al.* (2007), "Peacebuilding: What is in a Name?", *Global Governance*, 13, 35-58.
- Bellamy, Alex (2004), "The Next Stage in Peace Operations Theory?", *International Peacekeeping*, 11(1), 17-38.
- Berridge, Geoff (2005), *Diplomacy: Theory and Practice*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Boutros-Ghali (1992), "An Agenda for Peace", <<http://www.un.org/Docs/SG/agpeace.html>>, acedido a 11 de Outubro de 2007.
- Cox, Robert (1981), "Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory". *Millennium*, 10(2), 126-155.
- David, Charles-Philippe (1999), "Does Peacebuilding Build Peace? Liberal (mis)steps in the Peace Process". *Security Dialogue*, 30(1), 25-41.
- Debiel, Tobias; Lambach, Daniel (2009), "How State-Building Strategies Miss Local Realities", *Peace Review*, 21(1), 22-28.
- Fetherston (2005), "Peacekeeping, Conflict Resolution and Peacebuilding: A Reconsideration of Theoretical Frameworks", in Woodhouse and Ramsbotham (eds), *Peacekeeping and Conflict Resolution*. Abingdon: Frank Cass, 190-218.
- Gauster, Susana; Isakson, S. Ryan (2007), "Eliminating Market Distortions, Perpetuating Rural Inequality: An Evaluation of Market-assisted Land Reform in Guatemala". *Third World Quarterly*, 28(8), 1519-1536.

González, Jorge Aragón (2000), "Los próximos escenarios para la implementación de los acuerdos de paz en Guatemala", Informe final del concurso de becas CLACSO-Argentina, <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/1999/aragon.pdf>>, acessado a 12 de Maio de 2009.

Heathershaw, John (2008), "Unpacking the Liberal Peace: The Dividing and merging of Peacebuilding Discourses", *Millennium - Journal of International Studies*, 36(3), 597-621.

Holiday, David (2000), "Guatemala's Precarious Peace", *Current History*, 99 (634), 78-84.

Hopmann (1996), *The Negotiation Process and the Resolution of International Conflicts*. Columbia: University of South Carolina Press.

Ibarra, Carlos Figueroa; Martí i Puig, Salvador (2007), "Guatemala: From the Guerrilla Struggle to a Divided Left", in Deonandan and Prevost (eds.), *From Revolutionary Movements to political parties. Cases from Latin America and Africa*. New York: Palgrave Macmillan, 48-65.

Instituto Interuniversitario de Iberoamérica (2005), *Perfil de Gobernabilidad de Guatemala*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.

Keen, David (2001), "War and Peace: What's the Difference?", in Adebajo & Sriram (eds.), *Managing Armed Conflict in the 21st Century*. Portland: Frank Cass, 1-22.

Kleiboer, Marieke (1996), "Understanding Success and Failure of International Mediation", *Journal of Conflict Resolution*, 40 (2), 360-389.

Leongómez, Eduardo Pizarro (1988), "Una Paz sin Victorias. Balance del proceso de paz centroamericano", *Análisis Político*, 5, 7-29.

Lipschutz (1998), "Beyond the Neoliberal Peace: From Conflict Resolution to Social Reconciliation", *Social Justice*, 25(4), 5-19.

Mejía, Raúl Molina (1999), "The Struggle Against Impunity in Guatemala", *Social Justice*, 26 (4), 55-82.

Muggah, Robert (2005), "No Magic Bullet: A Critical Perspective on Disarmament, Demobilization and Reintegration and Weapons Reduction in Post-Conflict Contexts", *The Round Table* 94 (379), 239-252.

Muggah, Robert (2006), "Emerging from the Shadow of War: a Critical Perspective on DDR and Weapons Reduction in the Post-Conflict Period", *Contemporary Security Policy* 27 (1), 190-205.

Padilla, Luis Alberto (1997), "Prevention Successes and Failures: Peace-Making and the Conflict Transformation in Guatemala", <<http://www.usc.edu/dept/LAS/ir/cews/database/Guatemala/guatemala.pdf>>, acessado a 12 de Maio de 2009.

Paris, Roland (2000), "Broadening the Study of Peace Operations", *International Studies Review*, 2(3), 27-44.

Paris, Roland (2002a), "International Peacebuilding and the 'mission civilisatrice'", *Review of International Studies*, 28(4), 637:656.

Paris, Roland (2002b), "Peacebuilding in Central America: Reproducing the Sources of Conflict?", *International Peacekeeping*, 9(4), 39-68.

Pásara, Luis (2001), "The Guatemalan Peace Process: The Accords and their Accomplishments", Kroc Institute Occasional Paper, <<http://www.ciaonet.org/wps/pal01/pal01.pdf>>, acessado a 12 de Maio de 2009.

Peacock, Susan; Beltrán, Adriana (2003), "Hidden Powers: Illegal Armed Groups in Post-Conflict Guatemala and the Forces Behind Them", WOLA Special Report - Executive Summary, <http://www.wola.org/media/hidden_powers.pdf>, aceso a 12 de Maio de 2009.

Richmond, Oliver (2004), "The Globalization of Responses to Conflict and the Peacebuilding Consensus", *Cooperation and Conflict* 39 (2), 129-150.

Richmond, Oliver (2007a), "Critical Research Agendas for Peace: The Missing Link in the Study of International Relations", *Alternatives*, 32: 247-274.

Richmond, Oliver (2007b), *The Transformation of Peace*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Schirmer, Jennifer (1998), *The Guatemalan Military Project. A Violence Called Democracy*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

Short, Nicola (2007), *The International Politics of Post-Conflict Reconstruction in Guatemala*. New York: Palgrave MacMillan.

Stanley, William; Holiday, David (2002), "Broad Participation, Diffused Responsibility: Peace Implementation in Guatemala", in Stedmand *et al* (eds.), *Ending Civil Wars: the Implementation of Peace Agreements*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 421-462.

Torres-Rivas, Edelberto (2006), "Guatemala: desarrollo, democracia y los acuerdos de paz", *Revista Centroamericana de Ciencias Sociales*, III (2), 11-47.

Nota biográfica

Marisa Borges é Doutoranda no Programa de Doutoramento em Política Internacional e Resolução de Conflitos da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais e Bolseira da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Licenciou-se em Relações Internacionais pela Universidade de Coimbra no ano de 2006. Actualmente os seus interesses de investigação centram-se na temática da construção da paz, *statebuilding* e cidadania.

Contacto: marisa.borges06@gmail.com